

---

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0005535-51.2011.2.00.0000**

**Requerente:** Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - Sindiquinze  
Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região -  
Assojaf - 15

**Requerido:** Tribunal Regional do Trabalho - 15ª Região

**Advogado(s):** DF022256 - Rudi Meira Cassel (REQUERENTE)

---

**OFICIAIS DE JUSTIÇA. ATRIBUIÇÃO DE ATIVIDADES INTERNAS RELACIONADAS À FASE DE EXECUÇÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – FÓRUM DE ASSIS – PORTARIA CONJUNTA N.º 02/2011.**

1. As atividades previstas na Portaria Conjunta n.º 02/2011 estão de acordo com o art. 4º da Lei n.º 11.416/2006 e com o Ato Regulamentar n.º 193/2008 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, eis que constituem simples etapas do processo de cumprimento dos mandados judiciais.

2. Este Conselho Nacional de Justiça já se manifestou no sentido de que aos Oficiais de Justiça Avaliadores incumbem atividades relacionadas à execução de mandados, o que não significa dizer que as suas atividades se restringem às de natureza eminentemente externas, competindo-lhes a participação em etapas prévias vinculadas ao exercício de atribuições típicas da carreira, ainda que internas (PCA n.º 0005999-12.2010.2.00.0000, Relator Conselheiro Milton Nobre, 02.12.2010).

3. Conquanto se admita que a maioria das funções exercidas pelos Oficiais de Justiça sejam realizadas em ambiente exclusivamente externo, a fixação de jornada de trabalho, em dois dias da semana, para fins de realização de atividades internas nas Varas, não implica desvio funcional ou ilegalidade, mormente quando se tem notícia da existência de uma Central de Mandados, como na presente hipótese.

**4. Procedimento de Controle Administrativo que se julga improcedente.**

**1 - RELATÓRIO**

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região – SINDIQUINZE e a Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região – ASSOJAF – 15 propõem Procedimento de Controle Administrativo em face da Portaria Conjunta n.º 2/2011, do Fórum Trabalhista de Assis, sob o fundamento de que estabelece normas que implicam desvio de função dos Oficiais de Justiça lotados naquela unidade da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

Alegam que:

- o Provimento GP-CR n.º 08/2010 do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região trouxe alterações ao Capítulo PEN (da penhora, arresto e sequestro) da Consolidação das Normas da Corregedoria, para adequação das atribuições dos servidores ocupantes do cargo Analista Judiciário, Especialidade Execução de Mandados;

- o referido Provimento determinou que os Oficiais de Justiça, além das diligências externas e do manuseio de ferramentas eletrônicas, também podem exercer trabalho interno de redação, digitação e conferência de expedientes diversos relativos aos processos de execução, bem como realizar tarefas outras de igual natureza e complexidade para auxiliar, da melhor maneira, na efetividade da prestação jurisdicional;

- por meio do Comunicado GP-CR n.º 06/2010, oriundo da Presidência e da Corregedoria, considerando a edição do Provimento GP-CR n.º 08/2010, esclareceu que, relativamente às tarefas internas dos Oficiais de Justiça, devem ser de grau de complexidade compatível com a formação exigida para o cargo respectivo;

- nada obstante esse Comunicado GP-CR n.º 06/2010, os Juízes do Fórum Trabalhista de Assis editaram a Portaria Conjunta n.º 02, de 10 de agosto de 2011, exigindo: a) que os Oficiais de Justiça cumpram jornada interna no âmbito da Secretaria da Vara do Trabalho, por dois dias na semana e com horário preestabelecido (item 2.1), ocupando-se das mais diversas atividades (item 4), a serem atribuídas pelo Diretor da Vara (item 4.1); b) caso existam mandados urgentes a serem cumpridos, devem ser executados pelo Oficial de Justiça de plantão, o qual deve retornar à sua atividade interna tão logo cumprida a diligência (item 3.1); d) a distribuição dos mandados deve ocorrer de uma só vez, no início da semana, atribuindo-se aos Oficiais de Justiça, de modo acumulado, todas as ordens judiciais exaradas durante a semana anterior (primeiro tópico do item 6);

- considerando a exigência dos Juízes do Fórum Trabalhista de Assis, de que em dois dias da semana dos oficiais de justiça sejam dedicados à jornada interna, restam apenas três dias úteis por semana para o cumprimento de suas funções precípuas, ou seja, o cumprimento de mandados em diligências externas;

- o art. 37, inciso II, da CRFB/88, evidencia que o Concurso Público seleciona candidatos para desempenhar atribuições previamente estabelecidas, não sendo crível que os Oficiais de Justiça sejam compelidos ao exercício de funções internas alheias ao cargo para o qual foram habilitados; esse quadro é nulo nos moldes do § 2º do artigo 37 da Constituição da República;

- o art. 13 da Lei n.º 8.112/1990 protege o servidor, à medida que prevê que no termo de posse constem as atribuições, os deveres, bem como as responsabilidades e os direitos do cargo ocupado, o

que não pode ser alterado unilateralmente;

- o art. 3º da mesma Lei vincula o conceito de cargo público ao conjunto de atribuições nele compreendidas, o que não foi observado pelo Requerido, uma vez que dos Oficiais de Justiça, durante dois dias na semana, são exigidas tarefas de cálculos, redação, digitação, conferência de expedientes e análises processuais, atribuições inerentes a outras carreiras;

- no âmbito das Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, o art. 4º, § 1º, da Lei n.º 11.416 determina como incumbência dos Oficiais de Justiça atividades sempre relacionadas à execução de mandados, mesmo quando estas são atividades internas. O Ato Regulamentar 193, de 2008 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho respeita a natureza das atividades contidas na Lei n.º 11.416;

- os Juízes Titulares do Fórum de Assis, ao editarem o ato normativo questionado, parecem desconhecer a figura dos Assistentes de Execução, aos quais cabe, exclusivamente, a gestão de processos que se encontram na fase de execução, conforme disciplinado na Portaria GP-CR 09/2011, incumbência que colide com as atribuições acrescidas aos Oficiais de Justiça. Essa não é a única atribuição que confronta a de outros servidores, pois existem servidores no exercício de função comissionada, como os Assistentes de Cálculo, que realizam a atualização de numerários, a mesma atribuição designada aos Oficiais de Justiça pela Portaria Conjunta n.º 02/2011;

- o Oficial de Justiça atua como *longa manus* do Juiz e suas funções são essenciais à entrega efetiva da prestação jurisdicional, sendo indispensáveis à realização da Justiça. Nessas condições, esses servidores estão adstritos à atividade-fim dos tribunais, não lhes cabendo a realização de outras atividades, mormente quando elas ocupam 2/5 da jornada, sob ordens do Diretor da Vara, e demandam o tempo que deveria ser exclusivamente voltado para o cumprimento de mandados, sob ordens dos Magistrados;

- entre as normas regentes do cargo de Oficial de Justiça, destacam-se os arts. 139, 140, 143, 172, 173, 174, 221, 226 a 228, 239 577, 660, 661 a 663 e 938 do Código de Processo Civil e o art. 721 da Consolidação das Leis do Trabalho;

- a administração do Fórum Trabalhista de Sorocaba, na mesma 15ª Região da Justiça do Trabalho, em meados de 2007, expediu ato normativo que determinava aos Oficiais de Justiça o cumprimento de tarefas internas, que muito se assemelhavam às tarefas indicadas na Portaria Conjunta n.º 02/2011. A Portaria de Sorocaba foi analisada pela Comissão de Assuntos Administrativos do TRT 15ª Região, nos autos do Processo Administrativo n.º 00104-2007-899-15-00-5, que, ao final, por unanimidade, concluiu pela revogação do ato;

- o Conselho Nacional de Justiça, por meio do julgamento da Comissão n.º 200810000031749, reconheceu o desvio de função de policiais civis cedidos ao Poder Judiciário;

- o Conselho Nacional de Justiça, na análise do Procedimento de Controle Administrativo n.º 343, reputou caracterizado o desvio de função na hipótese de nomeação de Oficiais de Justiça para desempenho de funções alheias ao cargo;

- a Portaria ora questionada viola o princípio da legalidade, ao determinar que os Oficiais de Justiça cumpram atribuições distintas daquelas previstas em Lei, e o da eficiência, ao destinar apenas três dias da semana ao cumprimento de diligências externas;

- a carga de mandados a cumprir é volumosa e, na maioria das vezes, requer mais de uma diligência, uma vez que os endereços indicados nem sempre correspondem ao local em que se encontra o destinatário e, ademais, os endereços muitas vezes são de difícil acesso, acarretando que o Oficial de Justiça submetido a plantões tenha de realizar inúmeras diligências nos pouquíssimos dias que lhe restarem.

Os Requerentes noticiam que, em um ano, os mandados distribuídos aos Oficiais de Justiça lotados no Fórum de Assis somam 4.130, resultando em 1.377 para cada um dos três Oficiais que executam tarefas externas. Eliminando-se férias, recesso e feriados, chega-se a um total de aproximadamente 210 dias úteis por ano, o que acarreta uma média de 6,55 mandados distribuídos por dia. Permanecendo por dois dias em trabalho interno, o Oficial terá de cumprir aproximadamente 11 mandados por dia, com apenas 43 minutos para cumprimento de cada um. O Oficial de Justiça designado para função de Coordenador da Central de Mandados cumpre apenas um mandado por dia, e os outros mandados são distribuídos aos colegas. As diligências devem ser cumpridas em grande quantidade de municípios, necessitando o tráfego pelas rodovias SP 27013, SP 28414, SP 33315, SP 42116, SP 32717 e SP 37518.

Ressaltam a situação crítica de falta de pessoal e de estrutura no Fórum de Assis, bem como problemas com o fornecimento de internet, o que dificulta a celebração de convênios. Também informam que, em uma das Varas do Trabalho, o serviço de expedição de mandados era feito por um estagiário até a edição da Portaria Conjunta n.º 02/2011, e que esse estagiário atualmente ensina o trabalho a um Oficial de Justiça. Concluem que a complexidade das tarefas estabelecidas pela referida Portaria é inferior àquela exigida para o cargo de Oficial de Justiça.

Ao final, os Requerentes postulam a declaração de nulidade dos dispositivos da Portaria Conjunta n.º 02/2011 do Fórum Trabalhista de Assis, especialmente os itens 2.1, 4, 4.1 e primeiro subitem do item 6.

Instado a se manifestar, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região destaca que:

- não se há falar em desvio de função pelo fato de os Oficiais de Justiça, no âmbito interno das Varas, realizarem, em alguns dias da semana, penhoras on-line, investigação patrimonial dos devedores e demais atos correlatos, pois essas atividades estão estritamente relacionadas à gênese da execução de mandados, ou seja, aos atos que darão plena efetividade ao título executivo judicial;

- os arts. 3º e 4º da Lei n.º 11.416/2006 evidenciam que as atividades inerentes ao cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados abarcam o cumprimento de atividades que vão além do mero cumprimento de mandados em área externa;

- o Ato Regulamentar n.º 193/2008, editado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, disciplina que os Oficiais de Justiça, paralelamente às atividades externas, devem *"redigir, digitar e conferir expedientes diversos e executar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade"*;

- essa regulamentação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que confere atribuições funcionais mais amplas aos Oficiais de Justiça, deriva do disposto no **caput** do art. 4º da Lei n.º 11.416/2006 e dá respaldo legal à Portaria editada pelo Fórum Trabalhista de Assis;

- o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região expediu o Ato Regulamentar n.º 12/2007, cujo Anexo IV (com redação outorgada pelo Ato Regulamentar 20/2008), que trata das atribuições dos Oficiais de Justiça, possui a mesma redação do Ato 193/2008 do CSJT;

- a Consolidação das Leis do Trabalho, editada em outro contexto socioeconômico e tecnológico, já preconizava, em seu art. 721, que a competência funcional dos Oficiais de Justiça está atrelada à realização dos atos decorrentes da execução dos julgados e não apenas ao restrito universo do cumprimento de mandados;

- o Código de Processo Civil também está em sintonia com esse contexto, já que, ao tratar dos Auxiliares da Justiça, com expressa referência aos Oficiais de Justiça, menciona que suas atribuições *"são determinadas pelas normas de organização judiciária"*; o art. 143 estabelece que os Oficiais de Justiça realizarão as *"demais diligências próprias do seu ofício"*, executarão *"as ordens do juiz a que estiver subordinado"* e, expressamente, arrola atividade interna nas Varas, ao determinar que os Oficiais deverão *"estar presentes às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem"*;

- a par das normas que asseguram inequívoco respaldo para que os Oficiais de Justiça realizem outras tarefas além do mero cumprimento de mandados de execução, há a inexorável necessidade de se considerar o panorama atual; assim, se os atos de investigação patrimonial e constrição de bens passaram, em larga escala, a ser realizados por meio digital, não faz sentido subtrair a sua realização de quem está, por lei, vocacionado a realizá-los;

- acolher o alegado desvio de função atenta contra a boa-fé, pois o contexto atual do cargo do Oficial de Justiça, comparativamente ao volume de trabalho das décadas de 80 e 90, passou por sensível esvaziamento, com a transposição de muitas tarefas externas para o âmbito das Secretarias de Vara, sem que a Administração cogitasse da redução remuneratória dos Oficiais de Justiça ou que fosse incrementada a remuneração dos outros servidores e dos Juízes que estão realizando penhoras em ambiente virtual, fazendo pesquisas patrimoniais, realizando audiências de conciliação na execução (que igualmente reduz a demanda externa dos Oficiais de Justiça);

- especificamente em relação à Portaria Conjunta n.º 02/2011 do Fórum Trabalhista de Assis, limitou-se a definir, em seu item 4, atribuições dos Oficiais de Justiça compatíveis com a legislação que rege a matéria, com os seguintes parâmetros: a) os atos internos estão limitados à fase de execução; b) uso das ferramentas tecnológicas vinculadas à pesquisa patrimonial e constrição de bens (atos de preparação e consumação de penhoras); c) atuação em parceria com os assistentes de execução e atualização de cálculos;

- no que concerne à atualização de cálculos, essa tarefa é realizada por intermédio do sistema informatizado, habitualmente acessado pelos Juízes nas audiências conciliatórias de execução, sem que nenhum Magistrado tenha aventado a ocorrência de desvio de função;

- a alteração do Capítulo "PEN" da Consolidação das Normas da Corregedoria, referente às atribuições do Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados, é temática que

já foi apreciada pelo Tribunal Pleno, na sessão administrativa de 18/03/2010, que preconizou coerência ao descongestionamento da fase de execução e às funções descritas no Anexo IV do Ato Regulamentar n.º 12/2007, com as alterações do Ato Regulamentar n.º 20/2008;

- decidiu o Órgão Especial, na sessão administrativa de 19/08/2010, ao julgar o Recurso Administrativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região (processo n.º 0000237-77.2010.5.15.0899 PA), que *“à luz da normatização editada por este Regional, em consonância com os ditames da Lei 11.416/2006, é atribuição do Oficial de Justiça realizar penhoras pelo sistema eletrônico - o que somente se viabiliza pelo labor nas dependências da Secretaria de cada Vara - assim como redigir, digitar e conferir expedientes diversos, executando outras tarefas de mesma natureza e grau de complexidade, as quais lhe serão atribuídas pelo Juiz a que estiver vinculado”*;

- o Conselho Nacional de Justiça, ao apreciar arguição análoga em procedimento iniciado pelo Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (PCA 0005999-12.2010.2.00.0000), preconizou não prosperar a alegação de que aos Oficiais de Justiça não se pode atribuir quaisquer atividades que não as de natureza externa.

No que concerne ao tempo para a realização de atividades externas, o Tribunal diz que o alegado pelos Requerentes não está consentâneo à realidade, já que 2.233 são simples notificações e apenas 1.792 são mandados (atos mais complexos). Pondera que, no interregno de um ano, há 448 mandados para cada Oficial de Justiça, o que retrata uma média mensal inferior a 40. Consigna que a petição inicial não declara que parcela das diligências é cumprida numa mesma empresa, e não informa que a jurisdição está dividida em sub-regiões.

Conclui o Requerido que a Portaria Conjunta n.º 02/2011, editada pelo Fórum Trabalhista de Assis e previamente aprovada pela Corregedoria Regional, está em sintonia com os parâmetros legais que regem as funções dos Oficiais de Justiça, harmoniza-se com a atual realidade procedimental e tecnológica do Judiciário Federal e não padece de vício algum que possa comprometer a sua estrita legalidade. Ao contrário, é fruto de longa reflexão sobre a gestão de atos processuais na fase de cumprimento de sentença, priorizando o melhor aproveitamento dos servidores, mormente aqueles que estão vocacionados a atuarem nesta fase processual e possuem, por exigência legal, maior qualificação (bacharelado em Direito) como pressuposto da carreira.

Em atendimento ao despacho exarado (evento 11), os Requerentes apresentam petição manifestando-se a respeito das informações prestadas pelo Tribunal. Em suma, sustentam que:

- a afirmação do Requerido, de que as atribuições inerentes ao cargo de Oficial de Justiça são amplas, encontra limites no art. 4º da Lei n.º 11.416/2006;

- embora o Tribunal interprete o art. 139 do CPC no sentido de que as atribuições do cargo de Oficial de justiça serão feitas pelas normas de organização judiciária, ele deve ser interpretado no sentido de que são auxiliares do Juízo o escrivão, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador e o intérprete, além daqueles definidos em normas de organização judiciária;

- omite a Administração do TRT da 15ª Região que o Ato Regulamentar n.º 193/2008 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao determinar que os Oficiais de Justiça executem atividades

tipicamente cartorárias, deixa claro que estas serão “*de mesma natureza e grau de complexidade*”, ou seja, devem respeitar as peculiaridades legalmente estabelecidas ao cargo;

- em observância ao princípio da razoabilidade, o art. 721 da CLT não tem a irrestrita aplicação que lhe quer conferir o Requerido;

- ao contrário do que afirma o TRT da 15ª Região, da leitura ao art. 143 do CPC não consta a atividade cartorária como sendo atribuição dos Oficiais de Justiça, mas somente a execução das ordens emanadas do Juiz;

- considerando os dados fornecidos pelo Requerido, constata-se que os Oficiais de Justiça lotados em Assis cumprem aproximadamente 46 notificações e 37 mandados, situação que se torna inviável quando a carga horária para atividades externas é substancialmente reduzida;

- o argumento de que os Juízes não pleiteiam desvio de função em razão de suas tarefas não encontra qualquer respaldo legal, considerando que Juiz não é servidor público;

- o caso em debate em nada coincide com o PCA n.º 5999-12, trazido pelo Tribunal, em que se estendeu aos Oficiais de Justiça apenas as etapas da execução de mandados.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo instaurado contra ato do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, consubstanciado na edição da Portaria Conjunta n.º 02/2011, que dispõe sobre a designação de Oficiais de Justiça para a realização de atividades internas relacionadas ao processo de execução, em sistema de rodízio.

Eis o teor da referida Portaria (DOC8, evento 1), *verbis*:

“[...]

2. Para o exercício de atividades internas, metade do quadro de Oficiais de Justiça será designado de forma vinculada à 1 Vara e a outra metade à 2 Vara.

2.1 Cada Oficial de Justiça permanecerá em plantão, no âmbito da Secretaria de sua respectiva Vara, por dois dias por semana, no horário das 13 às 18 horas, conforme escala estabelecida em conjunto entre o Coordenador da Central de Mandados e o Diretor da Vara.

2.2 Semestralmente realizar-se-á rodízio entre os Oficiais de Justiça em relação à vinculação às Varas do Trabalho.

[...]

4. As atividades internas se restringirão àquelas relacionadas à fase de execução e a outras medidas que cooperem para o aperfeiçoamento dessa etapa processual, dentre elas:

- realização de consultas, penhoras *on line* e demais restrições patrimoniais, por meio dos recursos eletrônicos disponíveis, como Bacen-Jud, Renajud, Infojud, Arisp e outras ferramentas que venham a ser criadas, visando a efetividade da prestação jurisdicional;

- atividades em parceria e cooperação com os assistentes de execução e de cálculos das Varas, como atualização de cálculos, redação, digitação e conferência de expedientes;

- análises processuais que possibilitem a reunião de feitos, gerenciamento de informações e aproveitamento de atos praticados em diferentes processos que tramitam em face dos mesmos executados.

4.1 Incumbirá ao Diretor da Vara indicar as atividades a serem cumpridas pelo Oficial de Justiça no período de trabalho interno, bem como a maneira mais adequada de realizá-las.

[...]

6. Caberá ao Coordenador da Central de Mandados, além das atribuições estabelecidas na Consolidação das Normas da Corregedoria:

- distribuir aos Oficiais de Justiça, no primeiro dia útil da semana, a totalidade dos documentos recebidos das Varas na semana anterior;”

Os dispositivos não evidenciam quaisquer ilegalidades quanto às atribuições incumbidas aos oficiais de justiça, bem como no tocante à fixação de horários, em alguns dias da semana, para fins de realização de atividades internas das Secretarias dos Órgãos Judicantes.

As atividades previstas na Portaria Conjunta n.º 02/2011 estão de acordo com o art. 4º<sup>1</sup> da Lei n.º 11.416/2006 e com o Ato Regulamentar n.º 193/2008<sup>2</sup> do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, eis que constituem simples etapas do processo de cumprimento dos mandados judiciais. Com efeito, do exame da referida Portaria, constata-se, inclusive, expressa limitação das atividades internas **“àquelas relacionadas à fase de execução e a outras medidas que cooperem para o aperfeiçoamento dessa etapa processual” (negritei).**

Este Conselho Nacional de Justiça, no julgamento do Procedimento de Controle Administrativo n.º 0005999-12.2010.2.00.0000 (Relator Conselheiro Milton Augusto de Brito Nobre, 02.12.2010), já se manifestou no sentido de que aos Oficiais de Justiça Avaliadores incumbem atividades relacionadas à execução de mandados, o que não significa que as suas atividades se restringem às de natureza eminentemente externas, competindo-lhes a participação em etapas prévias vinculadas ao exercício de atribuições típicas da carreira, ainda que internas.

Conquanto se admita que a maioria das funções exercidas pelos Oficiais de Justiça sejam realizadas em ambiente exclusivamente externo (citações, notificações, intimações, penhoras, avaliações, arrematações, praças e hastas públicas, remissões, adjudicações, arrestos, sequestros, buscas e apreensões), tem-se que a fixação de jornada de trabalho, em dois dias da semana, para fins de realização de



atividades internas nas Varas, igualmente não implica desvio funcional ou ilegalidade, mormente quando se tem notícia da existência de uma Central de Mandados, como na presente hipótese.

Óbvio que o Órgão ao qual incumbe proceder à designação dos Oficiais de Justiça para exercício de atividades internas nas Varas, em dias específicos, cuidará para que, nas referidas datas, não se encontrem entre os designados aqueles escalados em regime de prontidão, assim como não lhes cometerá o cumprimento de diligências de índole emergencial.

### 3 - CONCLUSÃO

Com esses fundamentos, **julgo improcedente o pedido formulado neste Procedimento de Controle Administrativo.**

Intimem-se. Após, archive-se.

---

<sup>1</sup> Art. 4º As atribuições dos cargos serão descritas em regulamento, observado o seguinte:

I - Carreira de Analista Judiciário: atividades de planejamento; organização; coordenação; supervisão técnica; assessoramento; estudo; pesquisa; elaboração de laudos, pareceres ou informações e execução de tarefas de elevado grau de complexidade;

[...]

§ 1º Aos ocupantes do cargo da Carreira de Analista Judiciário – área judiciária cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, na forma estabelecida pela legislação processual civil, penal, trabalhista e demais leis especiais, é conferida a denominação de Oficial de Justiça Avaliador Federal para fins de identificação funcional.

<sup>2</sup> 1. ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, ESPECIALIDADE EXECUÇÃO DE MANDADOS

ATRIBUIÇÕES: Executar citações, notificações, intimações e demais ordens judiciais, certificando no mandado o ocorrido; executar penhoras, avaliações, arrematações, praças e hastas públicas, remissões, adjudicações, arrestos, seqüestros, buscas e apreensões, lavrando no local o respectivo auto circunstanciado; redigir, digitar e conferir expedientes diversos e executar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

**CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA**  
**Conselheiro**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 07 de Março de 2012 às 10:16:07

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:  
bfb6519777211a1188d7cb8accb48470



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

**28/04/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **334521**



12032919235000000000000333813